

Comunicação é aquilo que transforma linguagens¹

José Luiz Braga

A questão em pesquisa

Na pesquisa que estamos desenvolvendo (Braga, 2007b), é feita uma exploração metodológica e epistemológica de uma centena de artigos apresentados na Compós que relatam investigações sobre objetos empíricos e se apresentam, explícita ou implicitamente, como pesquisas no campo da comunicação.

Considerando a comunicação como *uma disciplina em constituição*, um dos objetivos da pesquisa é buscar aí aportes que contribuam para o desenho do campo de estudos. Assumimos que, através da diversidade temática, da variedade de pontos de vista teóricos e das especificidades de objetivos e problematizações nestes artigos, será possível perceber ou inferir aspectos transversais que favoreçam o desentranhamento e a sistematização de algumas características do fenômeno “comunicação”.

Se a ausência de critérios estritos para caracterizar “comunicação” nos impede de constituir um ponto de vista teórico rigoroso *a priori*, como perspectiva para observação do *corpus* empírico (o conjunto de artigos); isso não nos exime de algumas reflexões prévias sobre *o âmbito em que pretendemos circunscrever nossas análises* – de certo modo, a arena à qual pretendemos levar nosso objeto.

A hipótese heurística, sintetizada pelo título e desenvolvida adiante, corresponde a um dos ângulos adotados para aproximação do objeto, permitindo estudar o conjunto de artigos. Não se trata, é claro, de verificar se a hipótese se confirma; mas sim de investigar, *nessa dimensão*, a variedade de processos estudados. Queremos constituir, com a hipótese, percepções abrangentes sobre o contexto social e sobre

a comunicação, que sirvam de referência tentativa para o esquadramento do material empírico.

★ ★ ★

Entendemos que os episódios comunicacionais ocorrem sempre “pré-moldados” pelos processos sociais mais amplos em que se desenvolvem – e que deveriam igualmente *ser examinados* em contexto, para não perdermos a complexidade de suas vinculações. O contexto mais amplo e mais geral em que podemos inscrever todo e qualquer processo interacional corresponde ao ambiente das *instituições sociais* – que caracterizam o “historicamente dado”, no qual todo o social se elabora.

Outro contexto abrangente de inscrição necessária dos processos comunicacionais é o das linguagens acionadas para a interação. Assim, uma aproximação entre instituições sociais e linguagem parece ser uma necessidade prévia para pensarmos nosso âmbito de questionamento comunicacional.

Mídia: instituição e linguagem

A aproximação linguagem/instituição é relevante para a observação das mídias. No âmbito da linguagem escrita como processo interacional de referência (Braga, 2007a), a sociedade sempre fez distinções entre a linguagem, em senso estrito, de um lado; e de outro, as instituições sociais de produção e circulação desta – o livro, a escola, o jornal. Entretanto, no agregado comunicacional midiático contemporâneo, já não se distingue tão facilmente o que são regras e estratégias pertinentes às práticas sociais, aos comportamentos coletivos, aos elementos organizacionais (juntamente com sua carga material e tecnológica); e o que são padrões relacionados aos processos expressivos a que nos habituamos a chamar de “linguagens midiáticas”.

Observar estas linguagens/instituições em vias de elaboração deve ser um dos objetivos centrais da disciplina comunicação – pela investigação dos processos e de suas relações com os múltiplos objetivos sociais acionados, e com os resultados que vão sendo elaborados. Não se trata de desvendar os códigos ou os objetivos dominantes, simplesmente – mas de perceber como estes vão sendo, tentativamente, testados e desenvolvidos.

A importância dos estudos sobre a *mediatização* não decorre de uma suposta premissa de que a mídia² se impõe como objeto empírico do campo de estudos em comunicação; mas sim do fato histórico de que *estes processos* (os midiáticos) se encontram contemporaneamente, desde há um século e meio, em fase de instauração, com potencialidade crescente para conformar as interações sociais. Estudar um processo comunicacional (no sentido que hipotetizamos neste artigo) *em instauração*

e com alguma acuidade para percebê-lo como fenômeno distinto representa, assim, um objetivo de conhecimento fundamental.

Estudando as mídias, estamos observando instituições e linguagens comunicacionais *em vias de constituição*. E este é o ângulo (ou o objeto) que solicita, para além dos aportes sociológicos ou lingüísticos, perguntas que só podem ser feitas no âmbito de uma disciplina que se volte expressamente para a compreensão dos fenômenos comunicacionais enquanto constituidores de regras institucionais *através das estratégias que produzem*.

Instituições

Para os efeitos práticos do presente texto, podemos considerar como instituição social *todo conjunto de regras* compartilhadas socialmente (instituídas), mais ou menos estáveis, que organizam os processos sociais (atividades, comportamentos, valores, circulação das idéias, encaminhamentos práticos, etc.) segundo determinadas “lógicas locais” constituídas no processo mesmo de institucionalização, e que viabilizam interações sociais em seu âmbito.

Com essa aproximação abrangente, podemos incluir desde as grandes instituições macro-sociais e de longa existência histórica, que persistem através de variantes e reajustes históricos (família, religião, escola, Estado...) e as instituições intermediárias – aquelas com as quais concretamente vivemos, como as definidas nos âmbitos profissionais, educacionais, de convivência social, culturais, de entretenimento.

Para Castoriadis, “As ‘relações sociais reais’ (...) são sempre *instituídas*, não porque tenham uma vestimenta jurídica (elas podem muito bem não tê-la em certos casos), mas porque foram estabelecidas como *maneiras de fazer universais, simbolizadas e sancionadas*” (1982: 151 – apenas o segundo grifo é nosso).

Onde o autor especifica “vestimenta jurídica” podemos incluir também as elaborações culturais, os processos analíticos acadêmicos, as definições profissionais. As “falas” e “textos” que procuram explicitar verbalmente as instituições ou codificá-las não são a simbolização de uma substância institucional anterior que teria, sem isso, uma existência não-simbólica em modo puramente prático, na infra-estrutura. As instituições, por suas regularidades (“maneiras de fazer simbolizadas e sancionadas”), já expressam diretamente sentidos sociais. Embora as regras sociais possam ser expressas, não são regras porque sejam ditas – *e sim porque praticadas*.

Não esquecemos, é claro, que as práticas não são mudas, e que as coisas ditas sobre elas também conformam a experiência. Mas as falas que tratam de expressar o instituído participam do processo de instauração, manutenção e/ou modificação igualmente em *modos práticos*. Estabelecem-se aí articulações concretas entre “linguagens” e “instituições”.

Castoriadis (1982: 142) propõe: “Encontramos primeiro o simbólico, é claro, nas linguagens. Mas o encontramos igualmente, num outro grau e de uma outra maneira, nas instituições”.

O autor observa que “(o) domínio do simbolismo das instituições não colocaria (...) problemas essencialmente diferentes dos do domínio da linguagem (abstraindo [...] sua ‘carga’ material – classes, armas, objetos, etc.)” (p. 153).

De nossa parte, percebendo que no âmbito das tecnologias mediáticas já associamos uma “carga material” (os meios, tecnologias, elementos de organização) à processualidade das *linguagens*, consideramos que mesmo esse aspecto material não faz uma diferença de fundo. Em perspectiva comunicacional, a linguagem escrita, o livro e a escola são indissociáveis, entre si; assim como o são as linguagens audiovisuais e suas tecnologias. Nessa visada abrangente, as instituições são já, *per se*, uma espécie de “linguagem social”, ao se colocarem como modos de ação na e da sociedade – como *âmbitos operadores de interação*.

Por seu lado, e como observa Vincent Descombes (1996: 280), “a língua não é uma técnica de expressão pessoal, nem uma convenção entre dois sujeitos, mas *uma instituição social*” (tradução nossa – grifo nosso).

Em síntese, no que se refere à interação social, podemos trabalhar com essa aproximação entre as instituições em geral e as linguagens: estas também são *instituídas* (em nossa perspectiva, por processos muito próximos); e aquelas também *significam* – fazem sentido e “dizem” diretamente o social. Suas regras e lógicas permitem, condicionam e fazem operar as interações.

Ressalvando distinções relevantes entre os dois conceitos, sua aproximação é solicitada para assinalar que as instituições em geral nos interessam no mesmo aspecto em que nos interessam as linguagens: como âmbitos de interação e de comunicação social; e também porque em ambas se coloca a questão central da gênese do *sentido social*.

Note-se de antemão que *linguagem*, para essa aproximação, não se reduz ao código (no sentido saussuriano) nem apenas às regras estritamente lingüísticas. Como toda instituição, incorpora normas e padrões operacionais em sociedade, regras de uso social prático – não necessariamente expressas, mas também e sobretudo incorporadas pelo *habitus* ou “sentido do jogo”, na perspectiva de Bourdieu (1990).

Do ponto de vista comunicacional, uma “linguagem” sempre ultrapassa o *sistema de signos* codificado. É por isso mesmo que podemos fazer articulações entre a língua escrita e as instituições da escola e da imprensa. Se a “carga material” não faz parte da linguagem estrito senso (enquanto sistema de signos), faz parte desta *enquanto processo interacional*.

O imaginário e a invenção do social

Juntamente com o problema básico das articulações entre a instituição (o sistema de regras) e os processos de participação e de exercício dessas regras – das estratégias em seu acionamento – uma questão fundamental se refere à formação das instituições e sua *transformação histórica*.

Em Castoriadis, a questão tratada é a gênese das instituições e, por elas, da história das sociedades. O encaminhamento se faz através do imaginário e do simbólico, a gênese das instituições é também gênese de sentido: “(...) só existe história porque os homens *comunicam* e cooperam num meio simbólico. *Mas esse simbolismo é ele próprio criado*. A história só existe na e pela linguagem (todas as espécies de linguagem)” (1982: 168 – grifos nossos).

Propõe então que ignorar a percepção de que o simbolismo é socialmente criado corresponderia a

(...) eliminar a questão histórica por excelência: a gênese do sentido, a produção de novos sistemas de significados e significantes. E, se isso é verdade em relação à constituição histórica de novos sistemas simbólicos, o é também quanto à utilização, a cada momento, de um sistema simbólico estabelecido e dado (Castoriadis, 1982: 168).

Entende-se assim que “gênese” e “transformação” são dois momentos de uma mesma dinâmica; e que tais momentos estão ligados aos processos mesmo de funcionamento da sociedade. A constituição de “novos sistemas simbólicos” se articula com a “utilização (...) de um sistema simbólico estabelecido”.

Na gênese das instituições e de seu sentido social, Castoriadis encontra “a capacidade [humana] de dar-se aquilo que não é” (1982: 161). Essa capacidade social, a que denomina “imaginário radical”, seria a raiz do “imaginário efetivo” – onde “se estabelecem os fins aos quais [a sociedade] subordina sua funcionalidade” (p. 177). Ao tratar das relações do simbólico com o imaginário, Castoriadis tem como ponto de partida a noção de invenção: “Falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa *inventada*” (p. 154 – grifo do original).

O autor não aborda os processos de passagem da *capacidade* à realização – mas entende que, no seu exercício, o imaginário é um elemento dinâmico na constituição da história. Nesse mesmo sentido:

(...) no plano social (...) a emergência de novas instituições e de novas maneiras de viver não é uma “descoberta”, é uma constituição ativa. Os atenienses não descobriram a democracia (...). Eles inventaram algo, que certamente se mostrou viável nas circunstâncias dadas, mas que também, desde que existiu, modificou-as essencialmente (Castoriadis, 1982: 162).

Na invenção não está em jogo apenas o imaginário em estado isolado; mas já as articulações entre imaginário, real percebido e racionalidades locais disponíveis ou tentativas – no desenvolvimento de uma processualidade simbólica agregadora (da qual não seriam estranhos também os processos afetivos). Poderíamos mesmo dizer que “o motor da história”, mais que o imaginário, seria essa dinâmica articuladora entre o imaginário, o real percebido e as racionalidades locais.

Hipótese heurística

Nessa sociedade pensada de modo abrangente por Castoriadis – nessa perspectiva histórica sobre a formação de sociedades – cremos ser possível encaixar, como uma cunha, a questão comunicacional.

Podemos assumir que a gênese do sentido (e, portanto, das instituições) não é dada por uma proliferação desordenada do imaginário. Falta um segundo componente, processual, que justamente dá *sentido efetivo* àquela proliferação – permitindo articulações entre o imaginado, as percepções de realidade e as racionalidades disponíveis – através de negociações nas quais os três termos se modificam mutuamente.

Percebemos assim o fenômeno comunicacional como *processo social* de seleção, ajuste e redirecionamento de imaginário, percepções e lógicas. Apenas por tal processo a sociedade pode deliberar – tentativamente, e nas condições concretas da percepção de realidade e da racionalidade disponível³ – sobre o que é operacional e o que considera “delírio”, nos processos de imaginário radical em vias de se propor como imaginário efetivo; e selecionar, dentre invenções sociais em conflito, as que parecem corresponder às melhores probabilidades de elaboração, conforme as lógicas locais vigentes. Isso não significa que as escolhas sejam necessariamente eficazes nem “sensatas”. Historicamente percebemos instituições estabelecidas a partir de imaginários efetivos que, vistos de fora (ou seja, de nosso próprio ponto de vista), “se evidenciam” como delirantes.

Em conjunto com os demais elementos históricos, a comunicação faria parte, necessariamente, de todo processo *instituinte* das instituições: a) como processo articulador entre percepções, interpretações, racionalizações, invenções e lógicas acionadas; b) como processo de circulação de tais elementos, implicando reinterpretções, negociações, reajustes, desvios e novas percepções – simplesmente em decorrência do próprio circular de idéias e de práticas; c) como requisito para a busca de equilíbrio, ajuste, negociação, seleção de significações *aproximadamente comuns* entre os participantes; e d) como requisito de uma prática articulada e compósita na qual as ações de uns e de outros possam ser mutuamente referidas (ainda que conflitivamente – e nesse caso, sendo definíveis os termos do conflito).

★ ★ ★

Comunicação, como fenômeno, seria isso que viabiliza, entre seres humanos em sociedade, negociar suas idéias ou percepções “singulares” (de indivíduos ou grupos e setores sociais), em princípio “diferenciadas”, objetivando um padrão de aceitabilidade que permita ao espaço social funcionar, seja para acordar objetivos, seja para fazer valer uns sobre os outros, seja para decidir dos modos adequados de atingi-los.

Essa proposição, entretanto, não esclarece a ação comunicacional *nos processos de institucionalização*. Cabe perguntar das relações entre os procedimentos interacionais e a geração e modificação das “maneiras de fazer sancionadas” nas articulações entre o “real” (percebido), o “racional” (local) e o simbólico (em produção).

Uma resposta possível seria que o processo de gênese e desenvolvimento das instituições se dá pela linguagem – através da qual os homens e seus agrupamentos sociais “negociam”. Mas se as linguagens são também “instituição”, essa resposta incorreria em circularidade. Como a linguagem é o instrumento principal de nossos processos comunicacionais; e se assumimos a linguagem como ponto de partida para todos os fazeres em seu âmbito de funcionamento – devemos nos perguntar como *esta instituição*, em especial, é criada. Castoriadis responderia na lógica de seu artigo – pelo imaginário. O autor, entretanto, não entra na questão do que poderíamos chamar de “modo de produção” das instituições pelo imaginário. Hipotetiza o imaginário como elemento dinâmico essencial na constituição das instituições, mas silencia sobre *os processos* dessa constituição.

Uma tendência bastante generalizada é a de pensar a comunicação como um *processo usuário* de sistemas de signos, da gramática, do léxico. Mas *como são constituídos* os códigos e linguagens? Como se desenvolvem, interacionalmente, os sistemas de regras que definem a linguagem instituída?

Devemos então pensar a comunicação como fenômeno que não depende *radical e logicamente* do código pronto. Não é preciso pensar no desenvolvimento de códigos *ex-nihilo* pela espécie humana⁴. Trata-se também – e talvez sobretudo – de processos constitutivos por transformação. Claro que interagimos com base em sistemas de signos. Entretanto, nossas “estratégias de uso” estarão sempre, inexoravelmente, solapando e assoreando o próprio sistema. Não é o código que faz isso: mas a interação social. O código é instituído. A comunicação *usa* o código – tanto no sentido de “gastar” como de “empregar”. Por outro lado, desgastar é também renovar.

Um código já dado, historicamente constituído “antes”, se modifica⁵. Logo, se modifica “para fora” do estabelecido no código – que, embora possa ter embutidas determinadas condições de transformação, como potencialidade, não pode ter previstas todas as mudanças efetivas. Se não, *por que estas – e não outras, dentro das possibilidades do código?*

Na medida em que as mudanças sejam mais radicais (conforme as condições *contextuais* da ação comunicacional sobre o código), podem ultrapassar as potencia-

lidades internas de aceitação de mudança: agem “de fora”, destrutiva e reconstrutivamente sobre o próprio código.

A “transformação” do latim nas diversas línguas neolatinas ilustra esse processo. Embora “estruturas parciais” do latim e remanescentes de suas regras tenham permanecido em cada nova língua, não foram *as regulações* do latim que promoveram as recodificações – mas sim o *processo comunicacional usuário* do latim – em cada conjunto de circunstâncias históricas, com seus processos, seus objetivos, seus códigos institucionais outros (existentes e sobretudo em formação) e, particularmente, suas lógicas locais de geração de regras.

Isso que vale para os sistemas de linguagem valeria em geral para todas as instituições, para todos os sistemas de regras – como processo de sua constituição e como “modo de produção transformadora”. O título atribuído a este artigo é uma metonímia para referir esse processo geral. Nas instituições, como nas linguagens, devemos enfatizar as práticas sociais em seu potencial criativo. Todo sistema de regras se forma em processo, antes de poder se considerar “dado”.

É verdade que funcionamos como sociedade através da comunicação em ambientes instituídos. Dada a perspectiva de não-funcionalidade plena das instituições, entretanto, o processo gerador continua funcionando *sobre as instituições*.⁶ Nas linguagens – como em todas as demais instituições – não se obtém “funcionalidade” plena. Poderíamos acrescentar que a dinâmica da criação institucional, as invenções sociais sempre renovadas e o encontro tensionador de diferentes instituições levam a constantes deslocamentos do “já dado”. Isso significa que os processos formadores continuam a atuar sobre o sistema de regras, modificando-o.

O relevante é a possibilidade de hipotetizar que o processo é contínuo. Ou seja: não se pode pretender que processos comunicacionais, tendo gerado cronologicamente “linguagem”, passem a funcionar exclusivamente *dentro desta*. Diversamente, parece-nos que uma linguagem, enquanto código disponível para o exercício de interações sociais (colaboração ou conflito) *não basta às necessidades comunicacionais de uma sociedade*. Há então uma elaboração contínua, em que, paralelamente ao uso das linguagens instituídas para o exercício da comunicação, as necessidades da interação desenvolvem constantemente pressões transformadoras sobre os códigos e portanto estão continuamente *gerando* linguagem⁷.

Essa hipótese parece apresentar boa potencialidade heurística para o estudo sistemático das pesquisas relatadas nos artigos que compõem nosso *corpus*. Primeiro, porque permite articular a diversidade de objetos e objetivos, dos diferentes artigos, em torno de perguntas *comuns sobre ênfases transformadoras de sistemas de regras*, sobre os tipos de transformação e sobre instâncias em que estas parecem ocorrer (ainda que tais questões não sejam objetivo explícito de cada artigo). Depois, porque como perspectiva abrangente, pode ser facilmente tensionada, complementada e especificada a partir de inferências feitas nos diferentes estudos empíricos.

Dispositivos interacionais

O que é reconhecido como “instituição” é tomado freqüentemente por seus aspectos *formalizados* (por codificação ou por longa prática) – âmbito em que as regras são dadas como estabelecidas. Para os objetivos de nossa pesquisa, a observação desse nível institucional seria pouco promissora – estamos interessados em processos de gênese de sentido, e não nos sentidos já sancionados e longamente estabelecidos. Analisar regras mais ou menos cristalizadas, tanto nas práticas como através de códigos e teorias que tratam de expressá-las, exigiria o longo estudo histórico de sua *constituição*; ou a busca (um pouco futurológica) de suas tendências de mudança.

Assim parece mais produtivo e mais perto de nossos objetivos de pesquisa, focar *dispositivos interacionais* que – desenvolvidos no bojo de instituições mais abrangentes e mais estabelecidas – correspondem a um nível intermediário de processos de constituição. Dada a diversidade e a flexibilidade de tais dispositivos, neles a invenção e a tentativa devem ser mais perceptíveis.

Os dispositivos são importantes, dentro do espaço institucional, porque estão mais perto do *uso*, como contextos intermediários das instituições. Seriam como “sub-sistemas” – “parte” de um conjunto mais abrangente de normatização; e possivelmente menos rigorosamente codificados. Os dispositivos articulam, próximos das situações de uso de códigos e normas, os processos de ordenação social e as disposições “de linguagem” – funcionando como seu âmbito operador de interações.

Os processos de *constituição* operacional devem ser, aí, mais visíveis – porque os dispositivos, por mais que “pertencem” a matrizes institucionais de maior abrangência e de mais longo prazo (v.g. política, vida privada, sistema industrial, escola, igrejas, vida profissional, família, etc.) são mais diversificados conforme circunstâncias e conjunturas; menos longamente estabelecidos; e mais flexíveis – neles se percebe, ao lado da imposição de normas e regularidades, os processos tentativos e inferenciais. No estudo de processos interacionais empíricos, os contextos imediatos mais freqüentemente estudados são relacionáveis à ordem do dispositivo.

Na instituição “escola”, os dispositivos “aula”, “conferência”, “debates” oferecem ambientes diferenciados de interação. Na passagem à educação a distância, transposições destes dispositivos resultam no desenvolvimento de ainda outros processos.

Os diferentes gêneros televisuais ou cinematográficos são núcleo de outros tantos dispositivos interacionais – propiciando lógicas peculiares de comunicação – na relação usuária dos produtos, nos processos de produção ou nas interações sociais sobre os produtos.

Os dispositivos sócio-técnicos, com suas características direcionadoras específicas, funcionam também como dispositivos interacionais, caracterizando as possibilidades relacionais entre os participantes; que, por sua vez, vão dando

forma tendencial aos dispositivos – blogs, *twitter*, redes de relacionamento, processos colaborativos.

Em síntese, os dispositivos correspondem ao contexto disponível segundo lógicas locais. Portanto, neles se pode observar diversidade. Dentro de um determinado dispositivo, cada episódio comunicacional “segue as regras” – mas também exerce uma tendência de variações, menores ou maiores, que podem resultar em deslizamentos na própria matriz. Isso não significa que estamos apostando em uma diversidade dispersiva, como se os processos comunicacionais, em uma sociedade, fossem indomavelmente “outros” a cada circunstância. Observar a diversidade, com a perspectiva que adotamos aqui, corresponde a procurar (inferencialmente) o que, embora de modo menos evidente, é transversal a variações de superfície. Não se trata, porém, de procurar “determinantes estruturais”, assumidos como tão fortes que tornariam indiferentes as variações segundo as quais as interações ocorrem.

Dada a premissa de enfoque em processos midiáticos como adequado para análise, a ênfase na observação de dispositivos praticamente se impõe. Não é “a mídia”, enquanto tecnologia, veículo ou empresa, que se caracteriza como *dispositivo interacional* – mas sim subconjuntos de regras e práticas habituais, apenas parcialmente determinados por estas instituições abrangentes. Quando se dá ênfase exclusiva ao nível empresarial da grande mídia (indústria cultural) reduz-se o comunicacional a mero epifenômeno da economia política.

Na perspectiva processual, a mídia se coloca socialmente como âmbito privilegiado, ainda que não exclusivo, no qual código e normatividade (estabelecidos) se encontram e se articulam com práticas tentativas, em desenvolvimento inferencial, de estratégias que produzem regras. Desde o século XX – em que a mediatização se desenvolve como processo interacional de referência (Braga, 2007a) – tais dispositivos proliferam. Os processos ocorrem com intensidade e evidência, e se podem observar com o objetivo de extrair daí características e lógicas transversais que mostrem a interação em funcionamento.

Articulação da hipótese à pesquisa

A pesquisa se propõe então a examinar alguns destes dispositivos através dos estudos realizados pelos artigos selecionados. O *corpus* não reúne apenas um conjunto de proposições com as quais é possível interagir no terreno das idéias; mas será tomado também como material empírico que é possível organizar, articular, observar sistematicamente para extrair inferências sobre questões não diretamente tratadas em seu teor. Estas inferências – diferentes das “interpretações de texto” – não dependem apenas do que se apresenta como ideias e conceitos nos artigos. Dependem também de objetivos analíticos externos: os de minha pesquisa, conforme expressos em Projeto.

Em que medida o conjunto de ideias, perguntas, observações e resultados *relatados nos artigos* podem ser assim considerados “dados” para outra pesquisa?

Entendemos que os fenômenos comunicacionais ocorrem, em sociedade, como trocas e interações (verbais, gestuais, sonoras, por imagens, etc.) no âmbito de dispositivos sociais estabelecidos, no quadro institucional em que ocorrem, como contextos referidos pelos participantes. Tais dispositivos comportam elementos regulares (ou regrados) que são acionados praticamente pelos participantes ou que se impõem a estes. Por outro lado, os participantes acionam igualmente, de modo mais conjuntural, práticas e inferências (menos ou mais conscientes e expressas) trazidas *ad-hoc* para a interação – seja para produzir suas contribuições, seja para apreender as contribuições feitas pelos demais participantes, seja para produzir atos ou reagir a estes através das contribuições processadas.

O objetivo, no exame do *corpus*, será procurar pistas (diretas ou indiretas) para inferir tais elementos – dispositivos, práticas, lógicas locais – nos objetos empíricos estudados, conforme a percepção do pesquisador que os relata em artigo. Enfatizamos que esta análise não se propõe como “crítica” ou como avaliação dos artigos. Ao contrário, trata-se de reunir suas ofertas e proposições analíticas, para tentar obter, desta agregação, ainda outras inferências sobre os fenômenos estudados – o que será possível, justamente, pelo cotejo entre os diferentes dispositivos e fenômenos, com base em hipóteses transversais – como a elaborada no presente artigo. Assim, é na própria observação empírica relatada nos artigos que compõem o *corpus* que pretendemos perceber os dispositivos aí referidos (ou inferidos) como contextos de funcionamento das práticas e como “lógicas locais” pertinentes.

★ ★ ★

Dado que a hipótese proposta é prevista como arena para análise do *corpus*, deve poder gerar perguntas que, feitas a todos os artigos, componham uma observação sistematizada. Para esse efeito, desdobramos a hipótese em quatro proposições componentes:

1. instituição e linguagem se articulam nos dispositivos interacionais acionados;
2. a comunicação é assumida *como trabalho* no âmbito de um dispositivo interacional (contexto socialmente *disponível*);
3. o processo comunicacional envolve articulações e tensionamentos (de dupla direção) no âmbito do dispositivo, entre *elementos estabelecidos*: códigos, padrões, práticas incorporadas (*habitus*) – regras; e *elementos tentativos*: invenção, ensaio-e-erro, inferências, práticas tentativas (experimentação) – estratégias;

4. a experimentação e os tensionamentos incidem sobre a própria dinâmica dos dispositivos, com potencialidade transformadora.

Como se pode perceber, as quatro proposições concretizam e permitem operacionalizar a hipótese sintetizada na fórmula “comunicação é aquilo que transforma linguagens (e instituições)”. Com base nestas proposições componentes, podemos investigar como cada processo específico estudado (em seus dispositivos contextuais escolhidos) articula suas instituições e suas linguagens, que trabalho comunicacional desenvolve, que tensionamentos apresenta entre o estabelecido e o tentativo, produzindo que dinâmicas e potenciais.

Com tal tipo de esquadramento – mesmo presumindo a presença, no *corpus*, de toda uma variedade de objetos, de objetivos de investigação, de lógicas interacionais evidenciadas ou sugeridas – a diversidade deve tornar-se co-referenciável pelos aspectos comuns da busca. Que entretanto não deve *reduzir* o observado (nos artigos e através dos artigos) a “explicações teóricas prévias” – uma vez que estas não são postas pela hipótese. Com isso, o esforço analítico deve, por sua vez, trazer aportes reformuladores ou aperfeiçoadores da própria hipótese heurística – que por definição é tentativa.

José Luiz Braga

Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

jbraga@unisin.br

Notas

1. Este artigo foi elaborado em interação com o Grupo de Pesquisa GRIS, da UFMG, supervisionado pela Profa. Vera França. Uma versão preliminar do presente texto foi apresentada em debate na XVIII Compós (GT Comunicação e Sociabilidade), em 2009, viabilizando reformulações.
2. A expressão “mídia” recobre pelo menos três aspectos que não devem ser confundidos (embora se articulem): as possibilidades tecnológicas; os processos “de empresa”; e os fenômenos *interacionais* da mediação.
3. Poderíamos também dizer: nas condições de “consciência possível” (Goldmann, 1969).
4. O primeiro código “linguístico” pode ter sido composto de um único gesto ou de um único som gutural, estabelecido inicialmente por acaso ou (mais provavelmente) como uma emissão instintiva em momento de perigo – gesto “natural” portanto – entretanto *sancionado* pela adesão a seus resultados mais que pela repetição do instinto. A partir daí, tudo é transformação e acréscimo – produzido por aproximação tentativa, através de seleções *via processos comunicacionais*.
5. Salvo que esse “constituído antes” também o teria sido através de processos comunicacionais. Castoriadis: “Considerar o sentido como o simples *resultado* da

diferença dos signos é transformar as condições necessárias da *leitura* da história em condições suficientes de sua existência” (1982: 167, grifos no original).

6. A sociologia tem como uma de suas questões relevantes a autonomização das instituições, que se mantêm mesmo contra condições contextuais que lhe tiram funcionalidade e pertinência. O estudo *comunicacional* das transformações pode complementar a perspectiva sociológica, oferecendo pistas para a compreensão da não-transformação diante de contextos cambiantes.

7. Em outro artigo (Braga, 2010), no âmbito da mesma pesquisa, desenvolvemos reflexões sobre estes processos, com base nos estudos de linguagem sobre o “modelo do código” e o “modelo da inferência”.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRAGA, José Luiz. Nem rara nem ausente – tentativa. Artigo encaminhado à XIX Compós, para o GT Epistemologias da Comunicação. PUC-Rio, junho de 2010.
- _____. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia, ARAÚJO, Denize e BRUNO, Fernanda (orgs.). *Imagem, visibilidade e cultura midiática*. Porto Alegre: Sulina, 2007a.
- _____. Casos de pesquisa empírica na constituição do campo da comunicação (Projeto de Pesquisa), 2007b.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- DESCOMBES, Vincent. *Les institutions du sens*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1996.
- DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Editions du Seuil, 1972.
- GOLDMANN, Lucien. *Pour une sociologie du roman* (1963/64). Paris: Gallimard, 1969.

Resumo

O artigo expõe hipótese heurística para a abordagem de um *corpus* constituído por uma centena de artigos apresentados na Compós. Com a premissa de que os fenômenos comunicacionais devem ser estudados em contexto, propõe observá-los nas relações entre “instituição” e “linguagem”. Com base em proposições teóricas disponíveis sobre estas duas dimensões do social, desenvolve a hipótese de assumir “comunicação” como o processo de produção de linguagens e regras institucionais, através do tensionamento entre as práticas, por um lado, e regras e códigos, por outro. Tomando como âmbito adequado para o desenvolvimento de inferências os dispositivos interacionais em que se organizam os processos midiáticos, articula a hipótese heurística com a análise a ser feita dos artigos.

Abstract

The paper presents heuristic hypothesis for the approach of a *corpus* consisting of one hundred papers presented at *Compós*. With the premise that the phenomena of communication should be studied in context, we propose to observe them in the relations between “institution” and “language”. Based on theoretical propositions available on these two dimensions of social, develops the hypothesis assume “communication” as the production of language and institutional rules, through the tension between the practices on the one hand, and rules and codes, on the other. Taking as an appropriate framework for the development of inference devices in interactional processes that organize media, coordinating the event with the heuristic analysis to be made of the articles.

Palavras-chave

Mediatização; Comunicação; Instituições; Linguagens; Dispositivos interacionais.

Keywords

Media coverage; Communication; institutions; Languages; interactional devices.